



Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1ª Secção e das Secções Regionais do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de dezembro de 2024 foram visados 244 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), representando 964 milhões de euros.

No mesmo período houve três recusas de visto, num valor superior a 14 milhões de euros.

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS DEZEMBRO

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	86	26,30	184 684 447,63	18,88
Visto com Recomendações	57	17,43	567 873 961,59	58,06
Declaração de Conformidade Homologada	101	30,89	211 157 717,02	21,59
Recusa de Visto	3	0,92	14 289 946,26	1,46
Outras extinções da instância (*)	80	24,46	0,00	0,00
TOTAL DE DECISÕES	327	100	978 006 072,50	100

(*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2024

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	1124	31,96	4 609 945 739,74	40,09
Visto com Recomendações	910	25,87	6 119 840 953,50	53,22
Declaração de Conformidade Homologada	545	15,50	691 447 202,21	6,01
Recusa de Visto	23	0,65	64 756 810,51	0,56
Outras extinções da instância (*)	915	26,02	13 565 694,30	0,12
TOTAL DE DECISÕES	3517	100	11 499 556 400,26	100

Ligações úteis

- Acórdãos de recusa de visto e outras Decisões em processos de fiscalização prévia
- Sínteses de jurisprudência da 1.ª Secção, por assunto e por tipo de decisão